

RESUMO EXPANDIDO TRABALHO CIENTÍFICO

XI Congresso Brasileiro de Agroecologia

4 a 7 de novembro de 2019, Sergipe

Ecologia de Saberes: Ciência, Cultura e Arte na Democratização dos Sistemas Agroalimentares

Realidades da Institucionalização da agroecologia em territórios no Estado do Pará.

RODRIGUES, Valdir da Cruz¹; PIRAUX, Marc²;

¹INEAF, UFPA, valdir.territorio@gmail.com; ²Cirad, Embrapa, UFPA, marc.piroux@cirad.fr.

Resumo

A polissemia em torno do tema da agroecologia pode ser observada nos diferentes territórios. Múltiplos atores sociais promovem arranjos institucionais em torno da perspectiva agroecológica, levando em conta aspectos multidimensionais e multiescalares das realidades territoriais, no intuito de executar ações em favor da agricultura familiar. Essa investigação busca identificar e analisar as ideias (o referencial mobilizado) e os interesses (o jogo dos atores), comparando as ideias e a realidade das propostas agroecológicas em três territórios paraenses. Um quadro de análise (matriz) possibilitou analisar e compreender: a) as ideias agroecológicas; b) os interesses; c) a realidade da institucionalização. As análises mostram que existe uma grande diversidade de ideias no campo agroecológico. Neles se expressam lógicas de construção próprias de cada território. Elas traduzem, também, formas diversas de institucionalização das práticas agroecológicas. Levar em conta a coexistência entre diferentes ideias, atores e práticas agroecológicas se constitui ação importante no sentido de fortalecer as iniciativas territoriais de institucionalização da agroecologia.

Palavras-chave: Ideias; interesses; instituições; territórios.

Keywords: ideas; interests; institutions; territories

Introdução

O perfil polissêmico da agroecologia é, cada vez mais, evidenciado por estudos e interpretações. A multiplicidade de atores e suas instituições que incorporaram esta característica em suas diretrizes e linhas de ação tem se acentuado (BRANDENBURG; LAMINE; DAROLT, 2013). Essa polissemia pode ser observada em trajetórias territoriais que expressam lógicas de construção de ideias e de realidades agroecológicas diferentes. Essas realidades traduzem formas de institucionalização diferentes da agroecologia (seu estado de formalização, consolidação e perenização). Aprender a lógica da institucionalização da agroecologia ao nível territorial é um objeto particularmente pertinente para entender como atores captam as ideias e conseguem, através de jogos sociais e de poder, implementar ações legítimas e apoiadas por uma parte da sociedade

Assim, o papel político atribuído à agroecologia tem emergido como resultado da diversidade das realidades e dos desafios cotidianos. Atores sociais recolocam a inovação local como dispositivo metodológico necessário para a criação de ambientes de interação entre agricultores e acadêmicos (PETERSEN; DAL SOGLIO; CAPORAL, 2009). Por isso, a agroecologia vai além de considerações técnicas, manifestando-se no universo social, cultural, ambiental e econômico, além de expressar interesses pelas condições e capacidades de fortalecimento da agricultura camponesa (PIRAUX et al.,

2012). Os espaços territoriais representam um novo paradigma de articulação institucional em torno da execução de políticas públicas e de fortalecimento de propostas agroecológicas. Mas como entender a lógica da escolha dessas propostas com relação à diversidade geográfica e social na Amazônia?

Para responder a esta pergunta, a investigação queria identificar e analisar as ideias (o referencial mobilizado) e os interesses (o jogo dos atores) comparando a realidade das propostas agroecológicas em três territórios paraenses. Nossa hipótese é que as ideias e os caminhos percorridos se traduziram em ações diferentes e, por consequência, em resultados que podem ser considerados diversificados, porém não antagônicos, que caracterizam os estágios diferentes e atuais de institucionalização da agroecologia nesses territórios.

Metodologia

A análise privilegiou os territórios institucionais paraenses do Baixo Tocantins (BT), Nordeste Paraense (TENEPA) e Sudeste Paraense (SUD), de acordo com a conformação geográfica utilizada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), de 2004 até a sua extinção em 2016.

A metodologia priorizou a análise documental, observação e participação (GOLDENBERG, 2004) em eventos territoriais e feiras; além da interlocução com atores sociais (instituições públicas e da sociedade civil), através de entrevistas não diretas junto a 38 atores que desenvolveram forte atuação na condução das ações territoriais. Um quadro de análise (matriz) possibilitou analisar e compreender: a) as ideias agroecológicas; b) os interesses; c) a realidade da institucionalização

Resultados e Discussão

A diversidade das ideias dos atores ligadas à agroecologia

A análise das ideias é sintetizada na Figura 1 e é organizada a partir de dois eixos. Na linha horizontal, como ponto de partida, verifica-se uma tradução/interpretação tecnicista do referencial da agroecologia, evoluindo para uma visão agroecológica que privilegia a segurança alimentar integrada aos sistemas agroalimentares. A linha horizontal trata da escala de intervenção: parte do estabelecimento individual, ao municipal e à escala territorial, através de ações articuladas e integradas entre atores de vários tipos (BRUNET, 2013).

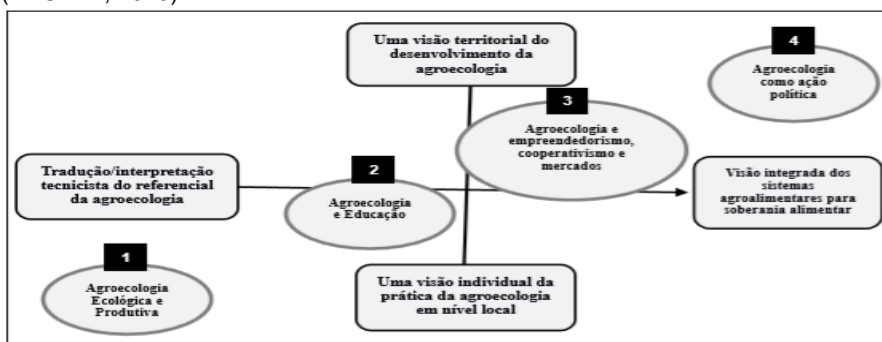


Figura 1 – Visões e traduções da agroecologia nos três territórios – Baixo Tocantins, Nordeste Paraense e Sudeste Paraense

As ideias de agroecologia ecológica e produtiva (grupo 1) reúnem atores como EMATER (SUD); CODESEI (BT) e FETAGRI/GTA (TENEPA) e aglutinam percepções em torno da estratégia da promoção dos sistemas agroflorestais (SAFs) e do agroextrativismo. Busca-se prover a execução de mecanismos de autogestão e participação comunitária dos agricultores, assim como experimentar alternativas técnicas inovadoras e dos saberes tradicionais para reposição da cobertura vegetal e a conservação da biodiversidade.

A perspectiva de agroecologia e educação (grupo 2) reúne instituições como o IFPA de Cametá (BT), a UFRA Paragominas (TENEPA) e a UNIFESSPA (SUD) e demonstra uma visão voltada para ações de educação (formal e informal) e de outras ações afirmativas que possuam como referência o acesso a novos conhecimentos e o diálogo entre áreas de conhecimentos. A melhoria das práticas produtivas da agricultura familiar se relaciona com uma visão crítica da realidade, que pode ser transformada a partir da combinação entre a ecologia, saberes e a economia.

Instituições territoriais como a Cooperativa D'IRITUIA (TENEPA), a REDE ATER (SUD) e a SEMAGRI de Limoeiro do Ajuru (BT) podem ser situadas num grupo que aglutina ideias de agroecologia, empreendedorismo, cooperativismo e mercados (grupo 3). O ponto de partida são as ações coletivas; associativas; e o cooperativismo, privilegiando-se estratégias e instrumentos de geração de renda a partir de grupos sociais vinculados à agricultura familiar (e às vezes aos médios produtores) em nível local. Valoriza-se o papel do empreendedorismo de caráter agroecológico na agricultura familiar, traduzindo ideias que consideram a escala territorial relevante para execução de suas estratégias, de forma a promover práticas empreendedoras de inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados locais e regionais.

As ideias de agroecologia como ação política (grupo 4) expressam oportunidades para promover a autonomia e o desenvolvimento integrado da agricultura familiar e camponesa no contexto maior do desenvolvimento rural. Instituições como a ONG APACC e o STTR de Cametá (BT); o MST Estadual (SUD); o Movimento de Mulheres (MMNEPA) e a Rede Bragantina (TENEPA) privilegiam a inserção dos seus membros em espaços de formação política no contexto da agroecologia e da agricultura familiar. Estabelece-se conexões concretas entre diferentes formas de lutas sociais e de produção de alimentos saudáveis. As ações agroecológicas são vistas como educação popular, de empoderamento de determinados grupos específicos, como as mulheres e os ribeirinhos).

Essas percepções se expressam nos três territórios e são resultado do olhar de cada ator, construídos numa interação com as realidades locais. Elas traduzem visões a partir do perfil polissêmico e das perspectivas multidimensionais e multiescalar da agroecologia.

Os processos percorridos pelo Baixo Tocantins são dinamizados por uma interação entre o território de ação coletiva e o território de ação pública, resultando em disputas dos projetos territoriais e em dinâmicas que consolidaram arranjos importantes, como a Rede Jirau de Agroecologia. A prática do extrativismo é fortalecida, e maneira alternativa aos

formatos predatórios atuais. É necessário aumentar a consciência coletiva acerca do potencial da extração e comercialização extrativista, sobretudo do açaí e de oleaginosas, assim como a coleta de sementes *in natura*, de forma a renovar a produtividade e os processos de comercialização desses produtos.

O Nordeste Paraense traduz seu processo de construção das ideias em torno de ações concretas que empoderaram determinados atores e as lógicas de seus projetos, mas deixaram de fora atores importantes. A relação entre o território de ação pública e o território de ação coletiva é bem menor em relação ao Baixo Tocantins. O arranjo em torno do projeto AGROFUTURO, da EMBRAPA, mesmo com capacidade para estruturar a ação de diversos atores (como a EMATER e STTRs) "artificializou" o processo, favorecendo com que as instituições de fora do CODETER, como a Rede Bragantina e a ECRAMA, não fossem incluídas nas dinâmicas territoriais institucionais. As realidades da institucionalização da agroecologia resultantes desse processo seguiram a mesma lógica: dentre e fora da perspectiva institucional de território.

No Sudeste Paraense as percepções agroecológicas são resultantes de uma história construída no contexto de disputas entre modelos de projetos de desenvolvimento para aquela região. A relação estabelecida entre a universidade federal e os movimentos sociais foi fundamental para os atuais estágios das ideias agroecológicas. O palco das disputas de interesses evidenciou os jogos de poder entre os atores, mas essas disputas eram mais inclusivas do que as que foram evidenciadas nas dinâmicas do Nordeste Paraense. Prefeituras, ONGS, movimentos sociais, além de conselhos municipais, foram mobilizados e participaram das atividades do CODETER. Mesmo assim, apesar das práticas agroecológicas existentes, a realidade da agroecologia ainda não foi capaz de criar dispositivos de governança consolidados em torno desse tema em escala territorial.

A realidade da agroecologia: a institucionalização como resultado das ações coletivas e de políticas públicas

O Quadro 1 se constitui numa tentativa de descrever as principais práticas agroecológicas identificadas nos três territórios.

Suprimir: m

Quadro 1 – Ações agroecológicas nos três territórios.

Dimensão	Ação coletiva
Econômica	Feiras: da Agricultura Familiar; Orgânicas; Agroecológicas; da Economia Solidária
	Programa Rota do Açaí – produção e escoamento do açaí em larga escala.
	Fornecimento de produtos da agricultura familiar para o PAA e PNAE.
	Comercialização de produtos <i>in natura</i> da sócio biodiversidade (castanhas, sementes e óleos); Produção e comercialização de óleos (andiroba, copaíba, ucuúba, jatobá)
Redes	Economia solidária em Rede – grupos produtivos solidários.
	Rede Jirau de Agroecologia e Rede Bragantina de Economia Solidária – trocas de saberes; agroecologia; economia solidária.
Produtiva	Tecnologias sociais locais (sistemas de irrigação; tratamento de água; criação de pequenos animais; apicultura; consórcios de espécies).
	Diversificação produtiva com SAFs.
	Assessoria técnica para diversificação produtiva e comercialização.
	Banco de sementes crioulas
	Grupos produtivos de mulheres.
	Grupos produtivos de mulheres agroextrativistas

Suprimir: escoação

Ambiental	Campanhas de prevenção e combate ao uso do fogo.
	Manejo participativo comunitário de açazais
	Cursos/disciplinas escolares de educação ambiental
	Produção diversificada por agricultores familiares situados próximos à UCs.
Formação e Saberes	Recomposição vegetal de agroecossistemas – orientações técnicas; produção e distribuição de mudas de espécies nativas e exóticas.
	Formação prática e teórica de multiplicadores em agroecologia (cursos, oficinas, intercâmbios de experiências).
	Projetos de pesquisa- ação – desenvolvimento com ênfase na diversificação produtiva e na agroecologia.
	Projeto de pesquisa-ação – Núcleos Produtivos (piscicultura; apicultura; SAFs; fruticultura) e fortalecimento das organizações sociais.
	Produções científica: experiências em agroecologia decorrentes de parcerias entre universidades e movimentos sociais.
	Construção de conhecimentos técnicos e políticos em agroecologia em internacional – o Instituto de Agroecologia Latino-americano – IALA Amazônico (Via Campesina).
	Mulheres em Rede - Caderneta agroecológica - Visibilidade e valorização das produções agroecológicas
	Cooperação para inserção da temática da agroecologia em currículos das escolas do campo
	Inserção da temática da agroecologia nos cursos de graduação
Escolarização agroecológica por alternância de jovens filhos de agricultores.	

Essas ações ocorrem nos três territórios, podem ser consideradas como práticas institucionalizadas e se situam em dimensões importantes da agroecologia – econômica (circuitos curtos); fortalecimento de redes; produtiva; ambiental; formação e saberes - que estão em curso e evidenciam as escolhas e as capacidades dos diferentes atores, tornando a agroecologia uma realidade. Elas também se relacionam aos projetos de ONGs e de às políticas públicas executadas em favor a diversificação produtiva e da agroecologia mobilizadas pelos atores em diferentes espaços e tempos, tais como os projetos territoriais (PROINFs); o PAA; e o PNAE.

O fortalecimento da institucionalização das práticas agroecológicas no Baixo Tocantins passa por diferentes caminhos, dentre eles o de assegurar maior aproximação de certas instituições da educação formal (como o IFPA e a UFPA) com as realidades locais (as populações ribeirinhas). É necessário fortalecer e ampliar a comercialização dos produtos da agricultores familiares através de circuitos curtos (sobretudo as feiras). Os projetos locais, como os que são de responsabilidade da APACC, UCODEP e a FASE, se constituem oportunidades de consolidação dessas práticas agroecológicas. A experiência da Rede Jirau de Agroecologia necessita continuar a privilegiar os agricultores em suas articulações e se constituir, cada vez mais, um arranjo institucional importante em escala territorial.

No Nordeste Paraense, os estágios de institucionalização da agroecologia são positivos e expressam a necessidade de realização de outras pesquisas científicas visando a ampliação das áreas estudadas atualmente. Isto pode favorecer a inclusão de outros municípios no circuito de experimentos e implantação de SAFs, por exemplo, uma vez que instituições como a EMBRAPA, UFPA, UFRA e a EMATER exercem forte influência no aspecto sócio produtivo. Paralelamente, o aspecto da gestão social remete à necessidade a retomada de uma institucionalidade territorial, no formato do CODETER, com capacidade para articular os diversos atores do território. Os temas da diversificação produtiva e da agroecologia se constituem um referencial importante para a retomada da articulação interinstitucional em nível territorial, processo pelo qual que poderia ser mobilizado por movimentos sócias territoriais como a FETAGRI e o Movimento de Mulheres (MMNEPA)

As práticas institucionalizadas de perfil agroecológicas no Sudeste Paraense podem ser fortalecidas e ampliadas se ocorrer uma articulação territorial dos atores. Um caminho possível pode ser a retomada de processos de capacitação de agentes de desenvolvimento (técnicos de ATER, agricultores e estudantes) a partir das fortes relações institucionais já existentes entre a sociedade civil (MST, CPT, FETAGRI, dentre outros) e o poder público (EMATER, prefeituras, UNIFESSPA, etc.). Isto pode se constituir num referencial de mobilização dos atores em torno de ações comuns, tendo como horizonte o fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia. Ao mesmo tempo, a realização das feiras agroecológicas como canal viável de comercialização e de reprodução de laços de solidariedade, tende a fortalecer os grupos produtivos locais e os laços com a sociedade em torno da importância da agroecologia.

Supprimé: r

Conclusões

O território expressa uma diversidade de ideias agroecológicas. Elas se manifestam em diferentes percepções e práticas, traduzindo estágios e processos em permanente construção, onde ocorrem diálogos entre as visões de agricultores familiares, instituições públicas e movimentos sociais.

As realidades concretas da institucionalização de agroecologia nos três territórios mostram que as ações em curso são diversas e evidenciam as capacidades locais e territoriais dos diferentes atores. Mesmo com diferentes interesses (produtivos, educacionais, políticos, técnicos, mercados), os atores não divergem nas ações em curso e tornam a agroecologia uma realidade que se fortalece. As boas relações entre instituições do poder público e da sociedade civil nos territórios, em torno do tema da agroecologia, se constitui uma oportunidade bem aproveitada. A realização de feiras agroecológicas; as articulações em redes para acessar mercados institucionais; e a disseminação da importância da agroecologia nas sociedades locais são resultados dessas parcerias institucionais.

As realidades da institucionalização receberam contribuições significativas de projetos de ONGs e de políticas públicas (Projetos Territoriais, PAA, PNAE, dentre outros) que foram mobilizadas pelos atores territoriais em favor da agricultura familiar e da agroecologia. As atuais estratégias de institucionalização poderiam ser melhor fortalecidas e ampliadas se essas políticas tivessem tido continuidade, o que desafia esses atores a construir outras alternativas que viabilizem a resistência e ampliação dessas iniciativas.

Referências bibliográficas

BRANDENBURG, A.; LAMINE, C.; DAROLT, M. Institucionalização do movimento ecológico na agricultura: mercado e reorganização dos atores sociais. **Estud. Soc. e Agric.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 221-247, 2013.

BRUNET, Bastien. **La mise en acte de l'Agroécologie dans les territoires ruraux du Programme des Territoires de la Citoyenneté (TC) d'Amazonie Orientale**. 2013. 107 f. (Mestrado em Développement Durable et Aménagement, Développement) – Université Paul-Valéry Montpellier III, Montpellier, 2013.

PETERSEN, P.; DAL SOGLIO, F. K.; CAPORAL, F. R. A construção de uma ciência a serviço do campesinato. In: PETERSEN, P. (org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 85-103.

PIRAUX, M., SILVEIRA, L., DINIZ, P., DUQUE, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 5-29, 2012.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2004.

MOLINA M. G. **Introducción a la agroecología**. Valencia: Sociedad Española de Agricultura Ecológica (SEAE), 2011. (Serie Agroecología y ecología agrária).